



Sullón Barreto, Gleydi. *Extranjeros integrados: portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2016. 303 pp.

Gleydi Sullón Barreto é uma historiadora peruana doutora em História. *Extranjeros integrados* resulta da sua tese de doutoramento, apresentada em 2014 no Departamento de História da América I, da Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense (Madrid), sob orientação dos historiadores Pilar Ponce Leiva e Rafael Valladares Ramírez que assinam o prólogo deste livro.

Trata-se de um estudo sobre a integração dos portugueses no Peru num período de 110 anos. A novidade deste trabalho reside não só num marco temporal de longa duração que permite perspectivar a dinâmica e a fluidez das relações da comunidade portuguesa, no contexto da sociedade colonial vice-reinal, como também na tipologia das fontes utilizadas. A documentação notarial constituiu o cerne da investigação empreendida pela autora nos arquivos peruanos (Archivo General de la Nación de Lima, Archivo Arzobispal de Lima, Archivo Histórico de la Beneficencia Pública de Lima) e espanhóis (Archivo General de Indias e Archivo Histórico Nacional), com destaque para os testamentos e os autos de bens de defuntos. O aparato crítico e a bibliografia pertinente e actualizada sustentam um trabalho metuculoso e exigente.

O objectivo da autora, claramente atingido, foi o aprofundamento do conhecimento da comunidade portuguesa em Lima, mobilizando fontes não consideradas pela historiografia tradicional e partindo da problematização do estereótipo dominante que associa a emigração portuguesa ao judaísmo. Através do estudo das trajetórias individuais de 196 portugueses, de diferentes categorias profissionais, procedências geográficas e estatuto socioeconómico, Gleydi Sullón esclarece que a comunidade lusa em terras peruanas, não só se integrou pacificamente na economia e na vida social, como sobreviveu à secessão dos estados ibéricos, apenas com restrições no desempenho de funções militares e de marinharia.

Refutando a tese da estigmatização dos portugueses provocada pelos inúmeros processos inquisitoriais movidos contra uma parte da comunidade lusa, a autora constata que os 196 portugueses cujas biografias estudou expressaram, indubitavelmente, uma fé cristã. Ora, sabemos que no auto de fé de 1639 foram condenados 63 portugueses por judaísmo, 12 dos quais a relaxação ao braço secular. Embora subsista a dúvida sobre a contradição entre a sua participação nos rituais públicos católicos e a acusação da prática de uma fé suspeita na esfera privada, não podemos afirmar que a maioria dos portugueses era judaizante. Mas também nada prova o contrário. Na verdade, a preocupação da autora não foi avaliar a sinceridade da fé manifesta, mas sim os mecanismos e o êxito da integração desta comunidade lusa no espaço peruano. E fê-lo corretamente, recorrendo a uma metodologia exemplar -a análise dos grupos e dos vínculos interpessoais.

A historiografia dos portugueses no Peru, em geral, centra-se nas questões da fé e dos negócios, com base nas fontes inquisitoriais. José Toribio Medina, Antonio Domínguez Ortiz, Boleslao Lewin, Robert Ricard, Enriqueta Vila Vilar, René Millar Corbacho, Alfonso Quiroz Norris, Pedro Guibovich Pérez e Nathan Wachtel deram um impulso decisivo para o estudo da comunidade lusa. O questionamento destas e de outras fontes, como autos dos bens de defuntos, relações de estrangeiros e de compostos, promovidas pelas autoridades judiciais, já havia sido empreendido por Maria da Graça A. Mateus Ventura na sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa em 2003, publicada pela Imprensa Nacional com o título *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidade e vivências* (2005). Gleydi Sullón situa-se nesta linha de investigação, confirmando, com novas fontes, as linhas essenciais do estudo da historiadora portuguesa, ou seja, apesar das controversas questões de fé que vitimaram os cristãos-novos nos anos 30 do século XVII, a integração dos portugueses nas redes comerciais regionais e inter-regionais e na sociedade limenha, embora na condição de estrangeiros, seguiu os parâmetros da sociedade colonial no que respeita às relações interpessoais, ao gosto e às devoções, sem quebrar os vínculos com os parentes ausentes e com os lugares de partida.

Extranjeros integrados apresenta uma estrutura em quatro capítulos articulados de modo a responder a quatro questões essenciais: relação entre o quadro legislativo inibidor da emigração de estrangeiros e a mobilidade da comunidade lusa; condições e estratégias de integração; penetração no tecido económico colonial, rentabilizando competências e recursos regionais; articulação entre uma identidade lusa e o estabelecimento de vínculos com a sociedade de acolhimento. Além de quadros, gráficos e ilustrações, Gleydi Sullón apresenta, em apêndice, um quadro prosopográfico dos 196 portugueses que constituem o seu objeto de estudo com menção à naturalidade, ao estado civil, à actividade económica e ao património.

No capítulo I a autora começa por sistematizar o quadro jurídico em que se moviam os portugueses no Peru, para apresentar, de seguida, o perfil da maior comunidade estrangeira em Lima: grupo heterogéneo com 95% de homens, dos quais 51,06% solteiros, oriundos de 60 localidades com destaque para Lisboa, Porto, Algarve e Açores. A emigração massiva ocorreu, como sabemos, durante a União Ibérica. A autora acrescenta a estes dados conhecidos, números relativos a uma emigração posterior, entre 1641 e 1680. Embora tenha identificado apenas 10 novos emigrantes, neste período de quatro décadas, sublinhe-se que se trata de um sinal de continuidade de um movimento migratório que, após a pacificação das relações luso-espanholas, irá crescer nos séculos seguintes para outros territórios hispano-americanos, nomeadamente para a Argentina e Venezuela.

A incorporação na sociedade limenha é matéria do capítulo II. A ideia dominante é a de que os portugueses, ao invés de constituírem um grupo fechado, distribuíram-se por espaços comuns aos diferentes grupos sociais e étnicos, quer residenciais, quer comerciais, assumindo-se como uma comunidade aberta, versátil e estável. No domínio das relações interétnicas, destaca-se, naturalmente, a relação com os negros que faziam parte da vida quotidiana na sociedade colonial peruana, sem excluir contactos esporádicos de diferente natureza com os índios. Os negros constam nos inventários de bens e nos testamentos, tal como acontecia em Portugal. O relacionamento com outros estrangeiros era escasso, privilegiando-se os espanhóis para os actos formais, mas era no seio da comunidade lusa que se estabeleciam laços de confiança. Considerando o elevado número de emigrantes solteiros o matrimónio

funcionou como instrumento de integração social. Já no que respeita à aquisição de bens imóveis, a autora confirma a tendência já evidenciada por outros estudos - a capacidade de investimento era reservada a uma elite de mercadores. A vinculação a hospitais limenhos, em especial ao hospital de Santo André (hospital dos espanhóis), e às confrarias de Nossa Senhora da Saudade, de Santo António, das Almas, do Santo Cristo, de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora do Ó, afectou apenas um número reduzido dos portugueses da mostra (18,75%). Contudo, a autora considera que a filiação dos portugueses nestas associações de espanhóis constituiu uma estratégia de integração social que não teria implicado uma plena assimilação, uma vez que não perderam os vínculos identitários com a sua terra de origem e com a família.

No capítulo 3, dedicado ao envolvimento dos portugueses na economia colonial, Gleydi Sullón considera três fases distintas, em correspondência com os ciclos da emigração: 1570-1610; 1611-1650; 1651-1680. A actividade económica centrou-se, como sabemos, no comércio, na navegação e nos ofícios artesanais, num amplo espaço regional e inter-regional interdependente. Na primeira fase, os produtos dominantes foram os negros, os couros do Chile e o vinho dos vales de Nasca, Pisco, Ica e Arequipa. Na fase seguinte, assistimos a uma diversificação de mercados e de produtos e à criação de redes por mercadores de maior caudal. Convocaram-se outras regiões e produtos de consumo diversificado, mobilizaram-se agentes e correspondentes que atuavam num amplo espaço desde Madrid e Sevilha a Cartagena das Índias, ao Panamá e ao México. Ao vinho e aos escravos, acrescentou-se os têxteis de qualidade, de origem europeia ou oriental, cujo consumo pelas elites não cessava de aumentar. Os portugueses participaram activamente nos circuitos de importação de têxteis e na venda a retalho nas lojas do centro de Lima. Na verdade, a documentação notarial corrobora os estudos mais recentes sobre esta matéria que se baseiam nos processos inquisitoriais.

Na fase de consolidação de mercados (1651-1680) há um pequeno grupo de portugueses que permaneceu em Lima, na sua maioria comerciantes. Enquanto estes continuaram pacificamente a comerciar sobretudo roupa importada da Europa e vinho, a minoria que exercia funções na Armada foi afastada em resultado da secessão de Portugal.

Concluindo este capítulo, a autora esclarece que a análise prosopográfica do grupo estudado lhe permite refutar a tendência para a identificação dos portugueses com o grande comércio de negros. A documentação notarial desvenda outra realidade, o predomínio do pequeno e do mediano comerciante ligado ao vinho, aos panos europeus e aos escravos. Acrescentaríamos que uma leitura rigorosa, atenta e cuidada dos processos movidos contra os portugueses pelo Santo Ofício de Lima nos permite descortinar a heterogeneidade desta comunidade no que respeita ao seu estatuto económico e à sua versatilidade. Logo, os fundos notariais, os autos de bens de defuntos e os fundos da Inquisição complementam-se, não se contradizem.

Razão tinha Foucault ao defender que toda a história é arqueologia por natureza, não por opção. Arqueologia dos indícios, feita com o engenho do historiador para fabricar o mel sem as flores habituais, como nos ensinou Lucien Febvre. Ora, o último capítulo aborda a questão da fé e da cultura material, embora sem grande novidade. Gleydi Sullón indaga os testamentos para definir o quadro mental dos luso-limenhos. Do conjunto da mostra, 89,79% ditou testamento, percentagem que a autora atribui à condição de estrangeiros e à consequente necessidade de nomear herdeiros, dispor dos seus bens e tratar os assuntos da alma. Os 176 testamentos analisados permitiram

esclarecer as relações com os testamentários (em geral, conterrâneos) e com os parentes ausentes. As disposições testamentárias relativas às cerimónias fúnebres mostram uma preferência pelo enterramento em capelas das confrarias e uma devoção particular pela Virgem Maria e por Santo António. Fundação de capelanias, obras de misericórdia e doações foi uma prática própria dos mais abastados, embora nem todos o fizessem. O caso mais interessante é o licenciado Manuel Correia, clérigo e mercador, que, não tendo herdeiros legítimos, nomeou a sua alma herdeira universal, tornando-se, por isso, o mais importante benfeitor de pessoas e de instituições em Lima: sustento de casas de recolhimento e de colégios, dotes para órfãs, donativos para confrarias, hospitais, igrejas e conventos.

No que respeita aos vínculos com a família em Portugal e com a terra de origem, confirma-se a regra de os solteiros e os casados na Península restabelecerem, através da herança, laços perdidos. São obras pias e esmolas para capelas e confrarias da terra, missas de sufrágio na igreja portuguesa.

Finalmente, uma aproximação à cultura material com base em 139 testamentos: a casa, o mobiliário, o vestuário, o calçado e utensílios de cozinha e de mesa. A maior parte dos inventários não menciona livros, objecto exclusivo de uma elite letrada. Entre os dez portugueses que os possuíam, destaca-se o clérigo Manuel Correia, com 301 corpos de livros, e o alfaiate açoriano André Moniz que manifestou gosto pela leitura de temas de História, Literatura, Religião e Filosofia. A questão da leitura, não explorada pela autora, assume, em nossa opinião, grande importância para a definição da identidade dos portugueses. A este respeito, Pedro Guibovich Pérez e Carlos Alberto González Sánchez têm feito estudos notáveis, com base nos inventários de bens que, na sua maioria, integram os processos inquisitoriais. Daí que não seja demais insistir na incontornável complementaridade entre os fundos da Inquisição e os registos notariais.

A obra *Extranjeros integrados*, de Gleydi Sullón Barreto, enfatiza a importância das fontes notariais para o estudo dos comportamentos e dos processos de integração dos portugueses, não só pelo conteúdo informativo, mas também pela sua natureza. Libertos dos constrangimentos religiosos e de qualquer suspeição, os registos voluntários e espontâneos permitem uma aproximação mais credível ao quotidiano. Por outro lado, esta obra recoloca várias questões essenciais ao estudo da comunidade lusa no Peru: a composição do grupo, a sua participação na economia vice-reinal, os mecanismos de integração, os vínculos com os ausentes e a preservação da identidade. A autora apresenta a comunidade portuguesa limenha como um conjunto heterogéneo de pessoas que, embora preservasse o sentimento de pertença a uma pátria comum, estava plenamente integrado nas dinâmicas sociais e económicas da sociedade colonial.

É legítimo esperar de Gleydi Sullón, autora de outros trabalhos igualmente meritórios sobre os portugueses no Peru, um labor persistente que motive outros jovens investigadores, portugueses e ibero-americanos, para o aprofundamento desta temática.

Maria da Graça A. Mateus Ventura
Universidade de Lisboa (Portugal)
mgraventura@letras.ul.pt